

## Eleições e tropas

MARCO ALBUERTO DE MELO

Nos próximos dias, o Brasil realizará eleições municipais. O povo terá a oportunidade de votar em representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição. A República tem o poder emanar do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição. A República Federativa do Brasil é constituída em Estado democrático de direito, está lastreada em princípios específicos, dos quais se destaca a cidadania. Sim, a democracia é constituída em princípio. Nos próximos dias, os cidadãos brasileiros farão a sua participação política. No âmbito do pluralismo político, destacam os partidos, que representam os mais diversos segmentos da sociedade.

Requer-se da sociedade a participação plena no mundo das ideias e dos ideais, sendo salutar, assim, a competitividade. Nesse contexto, pode-se afirmar o compromisso dos cidadãos, de cada um dos brasileiros, com a estrita observância dos fundamentos próprios de um momento de absoluta normalidade democrática, atalçada, por completo, desde a base das concepções autoritárias. Pela participação do povo na escolha de seus representantes revelam-se as forças políticas reais do país. Esse é o clima a prevalecer em todo Estado que almeje a qualidade de democrático de direito.

Os cidadãos, convidados ao comprometimento às urnas, fazem-se presentes quer como eleitores quer como candidatos e, com isso, merecem, na plenitude, esse direito inerente à cidadania e que é o de se manifestarem, sob o sigilo do voto, quanto aos desejos políticos nacionais.

A data das eleições é designada para o exercício pleno, embora indireto, da formação e do controle dos poderes públicos. Forças políticas distintas concorrem no pleito, objetivando o maior equilíbrio social, atenuando-se, assim, benéficas as diferenças perdas ideológicas. Por isso mesmo, há pouco de clareza publicamente sobre as concepções uma festa cívica.

Conscientes devem estar todos os brasileiros de importância do seu voto.

Individual e comum a todos os cidadãos, o voto tem um significado ímpar na vida política, cobrando-se dele, por isso, a máxima sensibilidade política possível.

As lutas do processo eleitoral buscam, acima de tudo, o indispensável esclarecimento do cidadão. As características dos candidatos e, mais ainda, as das partes que respaldam a campanha ganham publicidade inigualável. Tudo ocorre com o objetivo único de revelar suas concepções, seus pensamentos voltados à prática dos cargos em prol do bem social.

Digo mesmo que, no contexto da organização do Estado, nada se equipara a uma eleição. Há a certeza de que os espíritos orientam-se para um fim único: o aprimoramento, por sua natureza, inegável, da democracia. Presume-se estarem os cidadãos cientes da responsabilidade política do ato para o qual são convocados.

A República do Brasil, em sua formação federativa, compõe-se da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. De um lado, sobrepõe-se a União, por ser detentora da soberania, de outro, mister é reconhecer que aos estados assiste autonomia para a sua organização governamental e legislativa. A razão dessa ênfase está em notícias atualmente veiculadas sobre reivindicações de alguns tribunais regionais eleitorais no sentido de contarem, em 3 de outubro próximo, com a participação direta das Forças Armadas para "garantir o pleito".

Ninguém desconhece o papel importantíssimo reservado, constitucionalmente, às Forças Armadas. São elas "instituições nacionais permanentes e destina-se a defesa da Pátria, à garantia dos po-

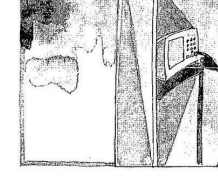
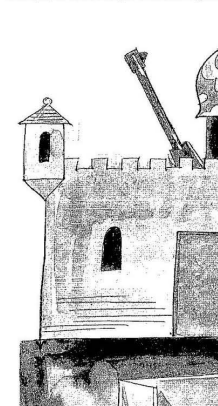
deres constitucionais e, por iniciativa, de qualquer delas, da lei e da ordem", que merecem o respeito e a confiança de todos. Não obstante, quem "garante o pleito" é o próprio cidadão.

As Forças Armadas podem ser de grande auxílio para "apoiar a realização do pleito", quando é o caso e não se fizer necessário. Em quadro de normalidade democrática, compreende-se a realização do pleito eleitoral sob o olhar popular, como é um pleito eleitoral, cabe a participação das Forças Armadas sempre e para "garantir o pleito"? A resposta parece óbvia, a situação política dos estados e dos municípios.

A Constituição-cidadã de 1988 estabelece que a segurança pública é de responsabilidade de toda a sociedade, viabilizando-se, entre outros órgãos, pela atuação das polícias civil e militar.

Por isso mesmo, há de se ter presente que a segurança das eleições corre, inicialmente, à conta das cidadãs políticas estaduais, devendo a Justiça Eleitoral verificar, em cada demanda, a situação especial questionada.

O Tribunal Superior Eleitoral age em ídntica orientação, no sentido de que "onde houver garan-



oferecimento de garantias nas operações de crédito.

A participação do Sebrae nesse processo faz-se por intermédio do Fundo de Acol, mecanismo criado pela instituição com o fim de garantir indispensável fluxo de recursos para pequenos empreendimentos viáveis tecnicamente que, no entanto, jamais sairiam do terreno das intenções sem financiamento e sem esse aval. Mas a movimentação do BNDES, merced de profunda sensibilidade social de seu presidente, Luiz Carlos Mendonça de Barros, não se limitou a isso. Tornou-se de fato a principal preocupação do presidente da República de viabilizar em nosso país uma espécie de Banco do Povo e abraçar uma luta que o Sebrae não poderia se ater, sendo obstado por dispositivos da lei que o institui: as pessoas físicas. Em conjunto com o programa Comunidade Solidária e com o apoio decisivo do ministro Kandir, o BNDES colocou significativo volume de recursos à disposição das parcelas mais pobres e desassistidas: os informais, que nem sequer conflitos têm de contrariar quaisquer operações oficiais de crédito para eles sempre complexas e insustentáveis, submetendo-os, via de regra, à ganância da agiotagem.

Na mesma linha de ação colocou-se o ministro Francisco Dornelles, ao levar à bandeira da flexibilização das normas trabalhistas para os micro e pequenas empresas, para a abertura de novos postos de trabalho. Essa posição, aliás, conta com o respaldo do ministro do Trabalho, Paulo Nogueira, que em repetidas ocasiões tem manifestado sobre o assunto.

É certo que o tema requer análises cuidadosas, que considerem os benefícios econômicos e sociais mas não esqueçam suas implicações sociais, para que não se venha a configurar um retrocesso no que tanto os diretos e garantias dos trabalhado-

res normais de ordem, pela polícia local, não se fará requisição de força federal".

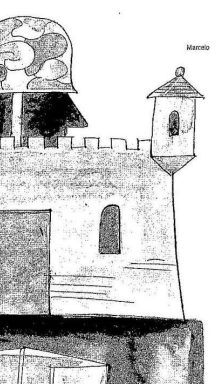
Não se esquivará, por certo, de acolher pedidos formulados a partir de situações concretas, que estejam, de algum modo, a cooperação sempre eficiente das Forças Armadas.

Criamos, como a que se nota no estado de Alagoas, por exemplo, bem como necessidades idênticas pelas condições do terreno brasileiro, serão apressadas e sublocadas, sem se perder de vista o fator de fortalecimento de que teremos, em 3 de outubro próximo, não um conflito social, mas um congruente apoio político dos cidadãos unidos democraticamente para a escolha, livre, de seus representantes municipais.

Controlar uma verdadeira democracia a partir do respeito a normas básicas, especialmente as constitucionais e, sempre empreitada política, todos os fraternalmente responsáveis.

Essa a imagem a ser passada à comunidade internacional, preservando-se o prestígio alcançado pelo atual momento democrático brasileiro.

MARCO ALBUERTO DE MELO é ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente do Tribunal Superior Eleitoral.



Uma outra iniciativa do ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, refere-se à concessão de vantagens às pequenas e microempresas para que possam melhor competir no mercado externo. Nos países desenvolvidos os pequenos negócios participam ativamente desse mercado, seja negociando diretamente com parceiros no exterior, seja fornecendo componentes e serviços a empresas exportadoras de maior porte. A inserção competitiva na economia mundial, sob todos os pontos de vista vital para o desenvolvimento do Brasil, não se fará sem essa participação.

Na mesma linha estão colocados o ministro Pedro Malan, cojes ministérios, e a renegociação dos débitos dos pequenos empresários já trouxeram grande alívio ao setor. No momento em que transitam no Congresso Nacional os projetos de lei do Estatuto da Pequena Empresa e de reconhecimento de vantagens tributárias aos pequenos negócios, o posicionamento do ministro Malan, secundado pelos dirigentes dos órgãos vinculados ao Ministério da Fazenda intensifica-se na tema — Receita Federal, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e outros — de grande importância para que se aproveitem medidas destinadas a promover o pequeno empreendedor e beneficiar a geração de empregos.

Desenvolvendo-se, assim, as iniciativas voltadas a favor da pequena empresa brasileira, premissoras de uma era luminosa para essa força da economia nacional que se pretende cada vez mais poderosa, a ser regulada por legislação adequada, moderna e avançada que Legislativo e Executivo têm de desenvolver a uma sociedade impulsionada na busca permanente de plena justiça social.

MAURO DURANTE é diretor-presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) nacional.

## Novos e fortes ventos sopram a favor da pequena empresa

Novos e fortes ventos sopram a favor da pequena empresa. A política econômica do Brasil, sob o comando do ministro da Fazenda, Fernando Collor, tem sido, em geral, favorável à pequena empresa. A política econômica do Brasil, sob o comando do ministro da Fazenda, Fernando Collor, tem sido, em geral, favorável à pequena empresa. A política econômica do Brasil, sob o comando do ministro da Fazenda, Fernando Collor, tem sido, em geral, favorável à pequena empresa.

MAURO DURANTE é diretor-presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) nacional.

## Pela ética dos números

SIMON SCHWARTZMAN

Em artigo bem-humorado, o presidente José Sarney citou os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, disse que os números não podem ser "manga fiavel" e propôs uma campanha para a ética dos números. Quero ser o primeiro a me inscrever nessa campanha, que é de interesse de todo o país e necessária para a defesa e a reputação das moças e moços do IBGE que se dedicam com afeto a dar ao Brasil as informações de que necessitamos para nos conhecermos e poderemos construir um futuro melhor para todos.

Mesmo as moças mais recatadas ficam mal faladas se são acusadas injustamente, e por pessoas de responsabilidade, por coisas que não fizeram. Não é verdade, me desculpe o senador Sarney, que a Fundação Getúlio Vargas (Instituição à qual tenho orgulho de pertencer e a qual pretendo voltar quando sair do IBGE) não concordou e botou a boca no trombone" em relação aos dados da Pnad.

O que ocorreu foi que na semana que passou um professor da Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas levantou uma porta, com o respeito das estatísticas da Ipea relativos ao Produto Interno Bruto dos estados brasileiros. Não foi uma posição da Fundação Getúlio Vargas, e não tinha nada a ver com os dados da Pnad publicados também na semana passada.

Por coincidência, acabo de vir de uma reunião organizada pelo Bureau of Economic Analysis do Departamento de Comércio dos Estados Unidos e pelo Instituto Internacional de Estatística exatamente sobre a precisão, a presteza e a relevância das estatísticas econômicas, e mais especificamente dos cálculos do Produto Interno Bruto e de outras informações que fazem parte dos sistemas de contas nacionais. Um dos temas centrais da reunião foi a importância em elaborar cálculos sobre o produto nacional de países, mesmo os mais desenvolvidos, em uma economia cada vez mais globalizada e com um crescimento de transações econômicas "intangíveis". Se países independentes não conseguem controlar seu produto nacional, o problema ainda é maior para Estados totalmente integrados em uma economia nacional, como o Brasil.

Não é de se admirar que diferentes análises possam produzir resultados distintos. O importante é entender o que cada um está fazendo e justificar os esforços para que tenhamos informações cada vez mais fidedelias, detalhadas e em tempo oportuno. O IBGE está trabalhando para melhorar cada vez mais seu sistema de contas nacionais, adotando a nova sistematização internacional recomendada pelas Nações Unidas em 1952, fazendo uso da assistência técnica do Statistics Canada, uma das instituições de melhor reputação internacional neste campo, e convidando todos os setores industriais, produtores e usuários destas informações, a colaborar com o Instituto neste trabalho.

Nada disto, no entanto, tem a ver com a Pnad. A Pnad é reconhecida internacionalmente como uma pesquisa de excelente qualidade. Não há nenhuma crítica que tem recebido o que a sua amostra, de cerca de cem domicílios ou 300 mil pessoas, tal como a grande denominação da amostra de Sarney, não é necessária para garantir a representatividade dos dados ao nível dos diversos estados e regiões do país (imagino que o senador Sarney não tenha contado o método amostral, instrumento fundamental das ciências estatísticas e utilizado por todos os institutos de pesquisa em todo o mundo).

Além das tabulações usuais, publicadas este ano em tempo recorde na Internet, o IBGE está colocando à disposição dos pesquisadores que queiram fazer suas próprias tabulações assim como as informações técnicas necessárias para estas análises. Isto está sendo feito, primeiro, porque a riqueza de informações desta pesquisa é tanta que o IBGE, sozinho, não teria como avaliá-la em toda sua amplitude; e depois pelo respeito a um dos princípios básicos no trabalho de consolidação da ética dos números, que é o de dar transparência aos procedimentos pelos quais os dados são obtidos e processados.

Uma outra maneira de avaliar a reputação das moças é acompanhar o seu comportamento, e neste sentido a Pnad de 1995 não discrepa das anteriores. Os bons resultados observados em 1995, em relação à Pnad, são parecidos com os observados em 1990, em relação ao comportamento das moças e moços. O IBGE constata o impacto positivo da estabilização da economia sobre a vida da população. As médias de indicadores na área de educação, acesso a serviços públicos, emprego e renda melhoraram nos últimos anos. E, finalmente, a Pnad de 1995 continua, identificando uma série de problemas extremamente sérios, entre os quais a desigualdade social, a desigualdade da renda entre regiões e grupos sociais, e as carências ainda extremamente altas em uma série de indicadores.

Os números, em si mesmos, não são nem mentirosos nem verdadeiros. Como bom ministro e senador Sarney, eles podem ser obtidos de várias maneiras, como também de tentativas de desqualificação. A defesa da reputação dos números depende, por um lado, de que os responsáveis pela coleta e pelo tratamento com autonomia, competência técnica, com os meios adequados e de forma transparente, usando clareza e honestidade, e sua limitação, e, por outro, que as pessoas responsáveis pela formação da opinião pública, não se limitem a suas próprias opiniões, mas procurem se informar melhor a respeito de como os números são produzidos, o que significam e a importância que eles têm para a sociedade.

Números são sempre aproximações, mas nem por isso menos úteis e importantes se entendidos de forma adequada. Uma campanha de educação e esclarecimento, é bem poder contar com o senador José Sarney no nosso lado.

SIMON SCHWARTZMAN é presidente do IBGE.

## pequena empresa no Plano Real

MAURO DURANTE

Alguns movimentos recentes do Governo Federal anunciam novos tempos para o Plano Real. Ou, se preferirem, sua complementação por medidas igualmente estruturadas da economia, em busca do desenvolvimento econômico e da justiça social — sem o que a inflação, por si mesma, não se significaria.

Foram dessa natureza os ambiciosos programas de investimento recentemente anunciados, a serem implementados pelo público e pela iniciativa privada, nesse caso em função de inclusão e estímulo governamental.

Também é índice dos novos tempos o posicionamento adotado pelo Executivo, a partir de pronunciamento do próprio presidente Fernando Henrique Cardoso em apoio da micro e pequena empresa.

Os ministros da Fazenda, da Indústria, do Comércio e do Turismo e do Planejamento sintetizam, nessa nova postura, sedimentada, laço e motivo de esperança para todo o setor produtivo, em especial para as empresas de menor porte que têm papel preponderante entre as chamadas "forças sociais" da economia.

Um bom exemplo é a decisão do ministro Antônio Kandir de colocar o BNDES na vanguarda do apoio aos pequenos negócios. Fada, com certeza, a profunda repercussão no microsistema social brasileiro, a medida destina-se inicialmente R\$ 50 milhões, sem dividir um grande passo para a criação de novas fontes de recursos para investimento e capital de giro.

A iniciativa significa também uma importante mudança nas práticas do BNDES, tradicionalmente voltado para os grandes empreendimentos desde a sua fundação, nos anos 60.

Agora direciona-se o nosso principal banco de investimentos para o suporte ao pequeno empreendedor. É este um caminho novo que o Sebrae orgulha-se de trilhar ao lado do BNDES, ajudando a superar as dificuldades das micro e pequenas empresas no